



INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

VÂNIA MORALES SIERRA* E PEDRO GUIMARÃES COSCARELLI**

Resumo: Este ensaio tem o objetivo de apresentar uma breve revisão da literatura sobre a internacionalização das universidades no Brasil, destacando o processo do seu desenvolvimento até o momento atual, além de incorporar a concepção de internacionalização e sua relação com os processos de globalização econômica. Aborda a temática da avaliação das universidades pelos rankings nacionais e internacionais e ressalta os desafios da internacionalização nas universidades brasileiras. Mais do que se concentrar sobre as vantagens e desafios, este artigo defende a internacionalização pelas possibilidades que fornece à valorização e à permanência das universidades públicas do país.

Palavras-chave: Internacionalização. Universidades. Brasil.

Internationalization of Brazilian universities

Abstract: This essay aims to present a brief review of the literature on the internationalization of universities in Brazil, highlighting the process of its development until the present moment and develop the conception of internationalization and its relationship with the processes of economic globalization. It addresses the theme of the evaluation of universities by national and international rankings and highlights the challenges of internationalization in Brazilian universities. More than focusing on the advantages and challenges, this article advocates internationalization for the possibilities it provides the valorization and permanence of the country's public universities.

Keywords: Internationalization. Universities. Brazil.

* Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da UERJ, membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ. Email: vaniasierra@yahoo.com.br

** Professor doutor da Faculdade de Educação Física da UERJ e médico (Clínica Médica e Vigilância em Saúde) na Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

Lugar, por excelência, da produção de conhecimentos a universidade apresenta um potencial irruptivo pela sua vocação à produção de conhecimento, ao uso da criatividade, à inovação e à crítica social. Ensino, pesquisa e extensão são missões que a universidade exerce, compreendidas em níveis que vão do saber local ao global. Entretanto, devido à sua construção histórica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa no âmbito da universidade e o processo de integração internacional da produção e divulgação do conhecimento, divergem daqueles de outras partes do mundo. Neste ensaio resumiremos algumas observações sobre a

internacionalização das universidades, atualmente fonte principal da pesquisa científica brasileira.

Ao contrário das universidades europeias que desenvolveram a aproximação entre o ensino e a pesquisa a partir do século XIX, e conseqüentemente tornaram-se referência central da realização da pesquisa científica (BARRETO; FILGUEIRAS, 2007), somente na segunda metade do século XX - após a Lei de Diretrizes e Bases nº 4024 de 1961 - as universidades brasileiras terão a pesquisa como um dos objetivos do Ensino Superior.

A pós-graduação criada a partir de 1965 “tornou possível a pesquisa universitária, ainda que de forma mutilante” (GERMANO, 2008, p. 327), submetida ao domínio do governo militar e a lei de segurança nacional. Mesmo com a repressão do regime militar, a pós-graduação demonstrou crescimento, registrando em 1975 a quantidade de 7.500 professores envolvidos, e passando para 20.900 em 1985 (ALVES; OLIVEIRA, 2014, p. 365). Durante este período tivemos a institucionalização dos cursos de mestrado e doutorado. Saviani (2008) considera que “embora implantada segundo o espírito do projeto militar do 'Brasil grande' e da modernização integradora do país ao capitalismo de mercado, a pós-graduação se constituiu num espaço privilegiado para o incremento da produção científica” (p. 310). Desde então, a pós-graduação tem conseguido manter a associação entre ensino e pesquisa.

Nas décadas de 1970 e 1980 a estruturação da pós-graduação foi realizada mediante normas e regras padronizadas, “contando com o fomento e apoio, sobretudo da Capes e do CNPq” (ALVES; OLIVEIRA, p. 371). Nessa época, o estudo de alunos de graduação e pós-graduação nas universidades estrangeiras era uma possibilidade ainda muito restrita.

Somente nos anos de 1990 que se evidencia uma mudança com relação à produção científica, que impacta na pesquisa e na pós-graduação. Neste momento, a internacionalização da economia gera demandas específicas que, associadas ao avanço da política neoliberal, reorienta a pós-graduação em três ordens:

- a) à massificação do acesso ao ensino superior ocorrida ao longo do século XX, o que confere outra escala e relevância social neste grau de ensino;
- b) à globalização da economia e da sociedade, o que torna imprescindível e valoriza a aquisição de competências facilitadoras das interações entre países;
- c) ao processo de integração europeia, que a partir dos anos de 1970 contou com as primeiras experiências de internacionalização do sistema científico e, a partir dos anos de 1980, com os programas de mobilidade acadêmica reconhecidos em todo o mundo e nascedouro do Espaço Europeu de Ensino Superior (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012).

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9394 de 1996 define a internacionalização como uma das finalidades da educação superior, visando “promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação” (Art. 43).

A internacionalização acompanha o crescimento da pós-graduação. Entre os anos 2000 até os dias atuais a pós-graduação cresceu exponencialmente. O volume de pesquisas foi significativamente ampliado e a internacionalização incentivada com iniciativas da CAPES. No ano de 2011, esse processo avança com o Programa Ciência Sem Fronteiras, que concedeu 58.808 bolsas, executando R\$ 8,192 bilhões entre 2011 e agosto de 2019. Em janeiro de 2016 o Programa já havia implementado 92.880 bolsas, sendo a maior parte para graduação que contabilizou 73.353 bolsas, representando 78,9% do total de bolsas implementadas. Pela primeira vez, a graduação superou a pós-graduação no intercâmbio para bolsas sanduíches. Os 21,1% das bolsas restantes foram distribuídas nas seguintes modalidades: doutorado-sanduíche (9.685), doutorado no exterior (3.353), pós-doutorado (4.652), jovens talentos (504), pesquisador visitante especial (755), mestrado no exterior (558) (CAPES; CNPQ, 2016). Apesar

da crise no governo Dilma, o maior volume pago foi em 2015, que contabilizou R\$ 3,162 bilhões (AUGUSTO; MARCHESINI, 2019).

Segundo Pedrosa e Pereira (2019), o Programa Ciência Sem Fronteiras foi o único programa que estimulava a ida de estudantes de graduação e de pós-graduação para estágio no exterior. É importante ressaltar que, como as instituições tiveram um pequeno papel no programa e, além disso, nem havia contrapartida das instituições que recebiam os estudantes, o impacto na pesquisa não chegou a ser decisivo (p. 166 e 167).

Em 2014, a internacionalização se confirma no Plano Nacional de Educação, aprovado pela lei nº 13.005. O documento define três metas relacionadas com este processo, que são:

Meta 12.12 - Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docentes em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;

Meta 13.7 - Fomentar a formação de consórcios entre IES públicas, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

Meta 14.9 - Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;

A internacionalização se constitui em uma estratégia para o Ensino Superior que requer um tratamento especial da gestão universitária, no sentido da sua adaptação aos processos administrativos necessários para viabilizar e garantir o seu êxito. Representa um passo a frente em nossas instituições de ensino, se constituindo numa estratégia e numa oportunidade à promoção do intercâmbio acadêmico e publicização das pesquisas.

2 GLOBALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

O capital, em sua vocação para expansão, proporciona a ampliação da comunicação e a proliferação de acordos internacionais. Considerando o contexto, o surgimento da pós-graduação é coetâneo ao processo de internacionalização da década de 1950, iniciado com instalação das multinacionais e com a inserção do capital externo na economia brasileira. Neste raciocínio, a criação da pós-graduação na universidade brasileira é etapa estruturante necessária para uma subsequente incorporação das universidades brasileiras ao cenário de trocas internacionais.

Mesmo considerando que a internacionalização acompanha o avanço da globalização, tais conceitos não se confundem. Gacel-Ávila (2005) comenta as diferenças entre eles, considerando a internacionalização como positiva, por sua relação com o Estado-Nação e o reconhecimento das diferenças e das tradições, enquanto a globalização envolve a desnacionalização e a homogeneização.

The concept of internationalization differs dialectically from that of globalization because it refers to the relationship between nation-states, which promotes recognition of and respect for their own differences and traditions. By contrast, the phenomenon of globalisation does not tend to respect differences and borders, thus undermining the bases of the very same nation-states, and leading to homogenisation. In this sense, internationalization can be understood as complementary or compensatory to globalizing tendencies, given that it allows for a resistance to the latter's denationalizing and homogenising effects (GACEL-ÁVILA, 2005, p. 124).

Tal perspectiva ratifica a posição de Cury (2010, p. 163), que associa a internacionalização à diversidade, entendendo que a pós-graduação em educação preenche o princípio de uma pluralidade aberta e conflitiva em termos epistemológicos, metodológicos e didáticos. Neste sentido, a internacionalização é resistência à globalização econômica, e tem como objetivo a atualização do conteúdo acadêmico, entendendo o fenômeno global a partir da promoção intercultural e do desenvolvimento humano sustentável (GACEL-ÁVILA, 2005, p. 124).

Por sua vez, a visibilidade internacional das instituições de Ensino Superior se mostra uma ação estratégica, que deve ser articulada com a política externa, possibilitando o impacto sobre a economia, no sentido da redução de assimetrias por meio de iniciativas de cooperação Norte-Sul e Sul-Sul (OLIVEIRA, 2015). Candéas (2010) defende uma associação entre diplomacia e universidade que segue esta direção:

Dicha asociación diplomacia-universidad debe ser un desafío de todos los países en desarrollo, en especial de Latinoamérica, a fin de que el recurso humano más democráticamente distribuido –la inteligencia– sea efectivamente aprovechado, estimulado y canalizado para el bienestar de todos los pueblos (CANDEAS, 2010, p. 725).

Assim sendo, a internacionalização é um processo que pode trazer benefícios, sendo fundamental a forma de sua condução pelo governo federal e universidades, pois não se trata apenas de uma função da gestão universitária, mas de uma estratégia de articulação entre governo e universidades, capaz de abrir a possibilidade de oferecer vantagens em inovação tecnológica e produção de conhecimento, reduzindo as desigualdades Norte-Sul, promovendo a integração Sul-Sul.

3 PRODUÇÃO CIENTÍFICA E RANKEAMENTO.

O aumento da pós-graduação no contexto de internacionalização da economia não expressa apenas o aumento dos fluxos de capitais e o incremento da tecnologia de ponta, mas também exprime o papel da pesquisa que deixou de ser subsidiária para se tornar central no processo de acumulação. O investimento em pesquisa aumentou em diversos países, principalmente no primeiro mundo. Em comparação com outros países, o Brasil ainda está muito aquém. Mesmo assim, entre 2013 e 2018, o Brasil conseguiu ocupar o 13º lugar na produção de artigos científicos indexados na *Web of Science*. Neste período, os pesquisadores brasileiros foram coautores de trabalhos com pesquisadores de 205 países, o equivalente a um terço de todos os trabalhos da *Web of Science*. A cooperação envolveu de dois a cinco países. Além disso, o Brasil aumentou em 30% a sua produção, alcançando o dobro da média global (15%). Somente em 2018, os pesquisadores brasileiros publicaram mais de 50.000 artigos, a maioria nas universidades públicas. (CLARIVATE ANALYTICS, 2019).

A Clarivate Analytics (2019), neste documento feito para CAPES, afirma que existem bolsões de excelência em termos de impacto de citações (2019, p. 3). Menciona entretanto que neste item o Brasil ainda tem necessidade de avanços pois o impacto de citação normalizado está abaixo da média mundial, apesar de apresentar crescimento constante. O Impacto de Citações Normalizado por Categoria (CNCI) mundial médio é 1,0. No ano de 2016, o Brasil conseguiu chegar a 0,91, porém caiu para 0,88 em 2017, ficando à frente da Rússia e da Índia, e quase empatando com o Japão. Na região, ficou atrás da Argentina, Chile e Colômbia.

Marcovitch (2018) afirma que entre os anos de 1996 e 2015, a produção científica registrou 639, 5 mil estudos publicados, com média de 8,96 citações por artigo. O Brasil, segundo o autor, tem maior investimento em ciência e tecnologia da América Latina, contando 1,2% do PIB, uma fração muito pequena em comparação com os outros países como os Estados Unidos, a China e o Reino Unido, que fizeram investimentos superiores a 2% do PIB. São esses países que ocupam os três primeiros lugares em volume de publicações e em número de citações científicas (p. 11).

Os avanços na pesquisa brasileira são decorrentes do trabalho das universidades públicas federais e estaduais que somam mais de 95% desta produção. Entre as 20 universidades que mais publicam, cinco são estaduais e 15 federais, sendo 11 no Sudeste, cinco no Sul, duas no

nordeste e duas no Centro Oeste. Segundo o presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich, "todos os estados brasileiros estão representados, o que mostra uma evolução em relação a períodos anteriores e o papel preponderante desempenhado pelas universidades públicas que estão presentes em todos os estados. (MOURA, 2019)".

Santos (2018) reconhece a importância das universidades públicas brasileiras, destacando que algumas conseguiram alcançar visibilidade nos *rankings* internacionais que apresentam uma análise mais detalhada das universidades - *ARWU Global Ranking of Academic Subjects*, *World University Rankings by Subject* e o *QS World University Rankings by Subject*.

No caso brasileiro, a comparação das posições ocupadas pelas universidades brasileiras nos *rankings* mostra que 28 (14,3%) das 195 universidades brasileiras alcançaram visibilidade internacional e conseguiram ser classificadas em algum dos três *rankings* globais. Contudo, apenas onze (5,6%) universidades foram classificadas simultaneamente pelos três *rankings* (USP, Unicamp, Unifesp, UFMG, UFRJ, UFRGS, UNESP, UNB, UFPE, UFSC e UFSCAR), todas universidades públicas (sete federais e quatro estaduais), que desenvolvem pesquisa de forma intensiva, e estão dentre as vinte universidades já identificadas como as mais produtivas em termos de aporte à produção científica brasileira (SANTOS 2015, 2018 p. 85).

Vans et al (2018) também destacam como positiva a situação das universidades públicas brasileiras, considerando os rankings *Leiden*, ARWU, QS e THE, no ano de 2016. O Ranking de Shanghai, considerado o mais rigoroso, incluiu seis universidades brasileiras, o *Leiden* 16, o *QS* 22, o *THE* - 27.

Mesmo com limitações os "rankings, por sua vez, vêm sendo cada vez mais objeto de análise e discussão no âmbito das universidades uma vez que constituem um dos elementos que lhes conferem visibilidade científica" (GRACIO; ROSAS; GUIMARÃES, 2019, p. 127). Os autores identificaram uma mudança na avaliação das universidades, tendo em vista os novos critérios definidos por agências internacionais. O resultado dessas avaliações é o ranqueamento.

Se antes o prestígio de uma instância acadêmica se construía basicamente a partir de critérios fluidos, não raras vezes baseados em sua própria tradição e historicidade e na atuação de seus egressos, hoje, de forma mais ágil, socializada e comprovável, esse prestígio se constrói a partir dos processos, produtos e veículos de produção e socialização do conhecimento. Tais veículos, por sua vez, necessitam ser mensurados e divulgados, resultando em avaliações e categorizações de ampla cobertura e alcance, como é o caso dos *rankings* acadêmicos (GRACIO; ROSAS; GUIMARÃES, 2018, p. 127).

Considerando a internacionalização, os autores supracitados destacaram a concentração das pesquisas nos grandes centros nos grupos colaborativos. Comentaram que apesar desses grupos serem favorecidos institucionalmente, a pesquisa em cooperação científica "forma uma rede de conhecimento que, pelo comprometimento e empenho coletivo, tende a identificar similaridades, complementaridades, contrastes e dessemelhanças que geram novas ideias" (HILÁRIO; GRÁCIO, 2017)(Idem, p. 132). Para Pedrosa e Pereira (2019, p. 173), a maior participação na colaboração internacional corresponde também em um maior impacto no número de citações (ICNC), em geral.

De acordo com Pedrosa e Pereira (2019), a CAPES considera a internacionalização um dos indicadores mais elevados na avaliação dos programas de pós-graduação, reforçando com isso os critérios de comparação internacional, um item que apresenta associação direta com os *rankings* internacionais (p. 165). Na visão desses autores, os *rankings* trouxeram "uma discussão sobre o papel das universidades além da sua inserção nacional ou regional, em seus vários

aspectos” e mesmo tendo olhar com vieses diversos, se devidamente utilizados, podem ser úteis para realização de diagnósticos comparativos no nível internacional, servindo para expressar “o estágio de desenvolvimento dos sistemas e das instituições, ajudando no desenvolvimento de medidas institucionais e políticas de governo para aprimoramento das universidades.” (PEDROSA; PEREIRA, 2019, p. 166).

A partir dos *rankings* internacionais, das bases de dados de produção acadêmica, bem como por estudos diversos, fica nítida que a participação do Brasil e dos demais países latinoamericanos ainda é muito restrita, o que reforça a expressão da desigualdade entre os continentes. Enquanto os países desenvolvidos - ou do Norte - ocupam a posição de produtores de conhecimento, aos demais países, em desenvolvimento ou do Sul, têm restado o papel de meros consumidores desse conhecimento (CELANO; GUEDES, 2014). Gacel-Ávila (2008) entende que falar sobre internacionalização nas universidades latinoamericanas implica conhecer a situação geral dos sistemas de educação superior do continente, identificando desafios e oportunidades. As estratégias de cooperação devem, portanto, partir desta realidade para que os projetos de cooperação sejam viáveis e exitosos, baseados no princípio da solidariedade visando à redução da distância entre Norte e Sul (p. 2).

Podemos acrescentar que, ao lado da estratégia internacionalizante para reconhecimento e respeito às diferenças Norte-Sul, é necessário ressaltar o potencial integrador e facilitador Sul-Sul, objetivando o avanço mútuo dos países latinoamericanos como produtores de conhecimento científico.

4 DESAFIOS À INTERNACIONALIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO BRASILEIRAS

A internacionalização mesmo oferecendo inúmeras possibilidades quanto à inovação tecnológica e a produção de conhecimento enfrenta inúmeros desafios nas instituições de ensino superior no Brasil. Os mais comumente identificados incluem o baixo financiamento, falta de corpo técnico qualificado às exigências administrativas e burocráticas, cultura institucional que desvaloriza a internacionalização - expressa no currículo e nas atividades de pesquisa e extensão, pouco domínio de línguas estrangeiras, incluindo a língua inglesa, entre outros. Todas estas características indicam a falta de organicidade das universidades para a internacionalização.

A realidade brasileira não é muito diferente dos outros países América Latina quanto ao baixo investimento dos governos e à falta de organicidade das instituições de ensino para a internacionalização.

The Governments of the region have not seen the need to periodically gather information and statistics on such endeavors. Some countries do it partially (usually by collecting data on student mobility), but seldom do they look at internationalization in a comprehensive way, i.e., at the different organizational strategies for internationalization as a public and institutional policy (planning, budgeting, evaluation, regulations, management, etc.), or at strategic programs such as mobility for academics, invitations to visiting professors, the internationalization of the curriculum, collaborative study or research programs, or international cooperation, to name the main types of activities that fall under this heading. (GACEL-AVILA; RODRIGUES-RODRIGUES, 2018, p. 11).

No Brasil, a UNILA é uma das poucas universidades federais que instituiu uma pró-reitoria específica para desenvolver o tema, a Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais - PROINT (OLIVEIRA, 2015). O esforço pela internacionalização impacta sobre a cultura institucional, fazendo com que se renove e se torne mais dinâmica. Por outro lado, exige um corpo técnico especializado, com experiência em atividades de internacionalização, que saiba lidar com a burocracia a fim de facilitar esse processo.

Além disso, a implementação do programa de internacionalização deve ser monitorada, o que requer a definição de metas e a elaboração de indicadores por parte de cada instituição, considerando também as especificidades de cada área de conhecimento.

Por outro lado, o incentivo ao domínio da língua estrangeira, em especial do inglês, aparece como decisivo ao êxito da universalização das universidades brasileiras, visto ser o inglês o idioma mais adotado pelos pesquisadores em congressos e nos principais periódicos internacionais, mas que se constitui como uma barreira e, sobretudo, mais um índice de desigualdade na educação. No que se refere a esta dificuldade, Borges (2015) realizou uma pesquisa no período entre 2012 e 2015, e concluiu que 60% dos estudantes da sua amostra de 1.283 bolsistas de graduação afirmaram ter feito curso de idioma da língua inglesa, antes de começarem as aulas. Esses dados expressam desigualdade sociais, raciais e de gênero, que se reproduzem também no âmbito da internacionalização, principalmente porque se trata de processos de seleção baseados apenas no mérito ((BARBOSA, 1999 *apud* BORGES; GARCIA-FILICE, 2016). O perfil dos discentes selecionados indica para o aluno do sexo masculino, branco e com alto poder aquisitivo, que apresenta trajetória escolar com boas condições econômicas e, em maioria, conseguiram custear o ensino de língua estrangeira em cursos privados (BORGES; GARCIA-FILICE, 2016).

Para superar a questão, a universidade pode pensar uma política para a internacionalização, capaz de corrigir essas desigualdades. Além disso, cabe aos cursos o oferecimento de aulas em outros idiomas na pós-graduação. A inclusão de outros idiomas na bibliografia adotada, e eventualmente na sala de aula, podem ser importantes, pois além de reforçar a proficiência na língua estrangeira, facilita a inserção do aluno de outro país, criando um ambiente propício à comunicação e à troca de conhecimentos entre brasileiros e estrangeiros.

Outro desafio à internacionalização consiste no financiamento das publicações em periódicos internacionais. Após as campanhas mundiais para o livre acesso às publicações científicas, difundiu-se o modelo *Gold* de publicação, onde os autores pagam uma taxa para publicação, em dólar americano ou euro, associada ao livre acesso do artigo no periódico. No Brasil, as agências financiadoras não alteraram os valores ou o formato de financiamento para cobrirem os gastos com esta nova modalidade de publicação científica. Sendo assim, a publicação em periódico de maior impacto fica restrito àqueles com o modelo tradicional de publicação (publicação gratuita mas sem acesso livre ao artigo) ou aos grupos de pesquisa com financiamento mais alto com capacidade para arcar com os custos da submissão e publicação.

Outro problema identificado refere-se à qualificação dos técnicos da pós-graduação, visto que precisam ser capacitados para desenvolver atividades que tratam da internacionalização, caso contrário, o coordenador e/ou os professores envolvidos em atividades de internacionalização ficarão sobrecarregados, tendo de lidar com as atividades acadêmicas e mais o conjunto de normas e procedimentos extenuantes administrativos da internacionalização.

Para o êxito da internacionalização é importante que a iniciativa seja concebida de maneira estratégica, permitindo visualizar as possibilidades de inovação e desenvolvimento, conforme os princípios básicos da sociedade do conhecimento. Não significa submeter as universidades ao mercado, mas direcionar o sentido de suas atividades a sua missão institucional de provocar mudanças com base na produção e divulgação do conhecimento, ou seja, a internacionalização pode potencializar o alcance da produção científica. De certa forma, o acesso aos periódicos internacionais já permite isso através da extremamente bem sucedida experiência do consórcio brasileiro Periódicos Capes. Todavia, esta iniciativa não consegue substituir a comunicação, tendo em vista que não basta otimizar o acesso a produção acadêmica, mas é importante saber onde e como encontrar o que se pretende, para além dos descritores. Portanto, internacionalização é vivência, comunicação, troca, crescimento, expansão, multiplicação. Neste processo, a tecnologia é crucial, mas não é tudo, pois não se trata de mera transmissão do conhecimento, mas de *ser com*.

Outro desafio à internacionalização no Brasil é a formação de nichos de pesquisas internacionalizadas de grupos de pesquisadores que vão ficando ainda mais fortes. A concentração das pesquisas nestes grupos promove uma estratificação que acaba por consolidar os grupos já internacionalizados e a restringir as oportunidades aos grupos de jovens

pesquisadores. O planejamento da internacionalização poderia atentar a este aspecto, visando ampliar as oportunidades aos novos grupos que demonstrem interesse neste processo.

A internacionalização da ciência é desejável e necessária, mas não significa apenas a racionalização e fortalecimento de cooperações existentes. É preciso criar novas estratégias para evitar a marginalização e aumentar o número de talentos e liberar a produção científica do viés nacionalista e bloqueio etnocêntrico. (CUNHA-MELO, 2015, p. 23).

Neste sentido, a internacionalização não deve ser considerada de modo instrumental visando estritamente o crescimento econômico, visto que tal interesse pode fazer com que se perca de vista a solidariedade e se reforce a hegemonia dos países centrais (AZEVEDO; CATANI, 2013, p. 287), tornando os países periféricos em meros consumidores de tecnologia. A cooperação bilateral, mais qualitativa do que quantitativa das novas estratégias, pode prevenir a marginalização, implicando na expansão dos centros de pesquisa (CUNHA-MELO, 2019, p. 21).

E se a internacionalização não é um processo simples, a sua falta pode complicar ainda mais a situação da ciência no país, pois tende restringir a capacidade de inovação, provocando o isolamento das universidades brasileiras, numa época em que o conhecimento se torna força produtiva.

O debate acerca da temática se divide entre um grupo que pensa a internacionalização como ameaça de mercantilização das universidades e outros que procuram identificar vantagens e oportunidades. Nossa perspectiva está concentrada sobre as possibilidades, não somente porque existem, mas também pela defesa das universidades públicas em seu protagonismo no ensino, na pesquisa e na extensão.

Por fim, entendemos que a internacionalização não é alcançada apenas com investimentos das instituições de fomento à pesquisa. O engajamento das universidades e dos programas de pós-graduação neste processo é de grande relevância, o que indica se tratar de uma função que deve ser desempenhada por um departamento específico ou setor da universidade, de modo que o espaço da internacionalização dentro das universidades brasileiras possa ser mais integrado, propiciando à graduação e à pós-graduação usufruir dos benefícios e ao mesmo tempo elevar os impactos em pesquisa e inovação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Miriam Fábria; OLIVEIRA, João Ferreira de. Pós-graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. *RBPAAE*, v. 30, n. 2, p. 351-376, mai./ago. 2014.

AUGUSTO, Otavio; MARCHESINI, Lucas. Ciência Sem Fronteiras: 24 mil bolsistas correm risco de devolver o dinheiro. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/ciencia-sem-fronteiras-24-mil-bolsistas-correm-risco-de-devolver-dinheiro>>.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves De Azevedo; CATANI, Afrânio Mendes. Educação Superior, Internacionalização e Circulação de Idéias: Ajustando os Termos e Desfazendo Mitos. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 38, n. 2, p. 273-291, mai./ago. 2013.

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos A. L. Origens da Universidade Brasileira. *Quím. Nova*, São Paulo, v. 30, n.7, 2007.

BORGES, Rovênia Amorim; GARCIA-FILICE, Renísia. A língua inglesa no Programa Ciência sem Fronteiras: paradoxos na política de internacionalização. *Interfaces Brasil/Canadá*, Canoas, v. 16, n. 1, p. 72-101, 2016.

CAPES; CNPQ. Ciência sem Fronteiras: um programa especial de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação. Brasília: Ministério da Educação; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2011. 63 p.

_____. Painel de Controle do Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília: Ministério da Educação; Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, 2016. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>.

CANDEAS, Alessandro. La agenda educativa en la política exterior de Brasil. *Papel Político*, Pontificia Universidad Javeriana Bogotá, v. 15, n. 2, jul./dic., 2010, p. 717-725.

CLARIVATE ANALYTIC. A Pesquisa no Brasil: Promovendo a Excelência. Análise Preparada para Capes pelo Grupo Web Science. 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/2019-09/A_pesquisa_no_Brasil_IG.pdf>.

CUNHA-MELO, José Renan da. Indicadores Efetivos da Internacionalização da Ciência. *Rev. Col. Bras*, Cir. 2015, 42 (Suplemento.1), p. 20-25.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Quadragésimo ano do parecer CFE nº. 977/65. *Revista Brasileira de Educação: 40 anos da Pós-graduação em Educação*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 7-20, set/out/nov/dez. 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O debate sobre a pesquisa e a avaliação da pós-graduação em educação. *Revista Brasileira de Educação*. v. 15, n. 43, jan./abr. 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A pós-graduação e a nova lei de diretrizes e bases. *Em Aberto*, Brasília, ano 7, n. 38, abr./jun. 1988.

DAGNINO, Renato. A relação universidade-empresa no Brasil e o “argumento da hélice tripla”. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 2, n. 2, p. 267-307, jul./dez. 2003.

GACEL, Joceline; AVILA, Ricardo. Universidades Latinoamericanas Frente ao Reto de la Internacionalização. *Casa Del Tiempo*, n. 9, jul. 2008. Disponível em: <http://www.uam.mx/difusion/casadeltiempo/09_iv_jul_2008/casa_del_tiempo_eIV_num09_02_08.pdf>.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne . The Internationalisation of Higher Education: A Paradigm for Global. *Citizenry Journal of Studies in International Education*, v. 9, n. 2, Summer 2005.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne; RODRIGUEZ-RODRIGUEZ, Scilia. *Internationalization of higher education in Latin America and the Caribbean: Leading trends and features*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, RIESAL, Co-founded by Erasmus e Programme of the European Union, 2018.

GERMANO, José Willington. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, set./dez. 2008.

Referencia a ser acrescentada.

GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. ROSAS, Fábio Sampaio; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. As Redes de Colaboração Científica nos Rankings Universitários e a América Latina. In: MARCOVITCH, Jacques (Org). *Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais*. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2018.

MOURA, Mariluce. Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil. *Ciência na Rua*, 11 abr. .2019. Disponível em: <<http://ciencianaru.net/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>>.

OLIVEIRA, Juliana Santini de. A Internacionalização da Educação Superior nas Relações Internacionais do Brasil: O Caso do Programa Ciência sem Fronteiras. UNB, 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11450/1/2015_JulianaSantinideOliveira.pdf>.

PEDROSA, Renato H. L.; PEREIRA, Micael Waldhelm. Avaliação da Pós-Graduação, Publicações Científicas e Rankings Internacionais. In: MARCOVITCH, Jacques (Org). *Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais*. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2018.

SANTOS, F.S.; ALMEIDA FILHO, N. de. *A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SANTOS, Solange Maria. Rankings Internacionais de Universidades: Comparação e Desempenho por Áreas. In: MARCOVITCH, Jacques (Org). *Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais*. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2018.

MARCOVITCH, Jacques (Org). *Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais*. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2018.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do regime militar. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

VANZ, Samile Andréa de Souza et al. Rankings universitários internacionais e o desafio para as universidades brasileiras. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 23, n. 53, p. 39-51, set./dez., 2018.